

PARECER PRÉVIO TC-035/2017 – SEGUNDA CÂMARA

PROCESSO - TC-4244/2016 (APENSOS: TC-1407/2015 E TC-1408/2015)

JURISDICIONADO - PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA

ASSUNTO - PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

RESPONSÁVEL - OSMAR PASSAMANI

INTERESSADO - GEDER CAMATA

EMENTA

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – EXERCÍCIO DE 2015 –1)
APROVAÇÃO – 2) RECOMENDAÇÕES – 3) ARQUIVAR.**

O EXMO. SR. CONSELHEIRO JOSÉ ANTÔNIO ALMEIDA PIMENTEL:

I - RELATÓRIO

Cuidam os autos de Prestação de Contas Anual do Município de Marilândia, referente ao exercício financeiro de 2015, sob a responsabilidade do Sr. Osmar Passamani.

De acordo com a análise feita através do **Relatório Técnico RT 190/2017-1** (às fls. 06/37, mais apêndices “A” a “F”), foi sugerida a **aprovação das contas** de responsabilidade do Sr. Osmar Passamani, com base na análise técnico-contábil promovida por esta Corte de Contas.

Ato contínuo, a **Instrução Técnica Conclusiva 1238/2017-1** (às fls. 45/46), elaborada pela SecexContas, manifestou seu entendimento considerando a completude e a análise

de mérito apresentada no RT 190/2017-1, no sentido de anuir com seus termos fáticos e jurídicos, transcrevendo, inclusive, a conclusão da referida peça técnica, com vistas a subsidiar seu posicionamento:

“13 CONCLUSÃO E PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

A prestação de contas anual ora analisada refletiu a atuação do prefeito municipal responsável pelo governo no exercício de 2015, chefe do Poder Executivo Municipal, no exercício das funções políticas de planejamento, organização, direção e controle das políticas públicas do município.

Respeitado o escopo delimitado pela Resolução TC nº 273/2012, a análise consignada neste Relatório Técnico Contábil teve por base as informações apresentadas nas peças e demonstrativos contábeis encaminhados pelo responsável, nos termos da Instrução Normativa TC 34/2015.

*Sob o aspecto técnico-contábil, opina-se pela emissão de parecer prévio dirigido à Câmara Municipal de Marilândia pela **APROVAÇÃO** das contas, na forma do art. 80, I da Lei Complementar 621/2012.*

*Sugere-se, ainda, **RECOMENDAR** ao Chefe do Poder Executivo municipal que proceda nos próximos exercícios:*

- observância ao artigo 92 parágrafo único da Lei Federal Nº 4.320/64, relativamente à distinção entre as despesas processadas das não processadas; (Item 7.1)*
- que o Anexo 5 do Relatório de Gestão Fiscal (RGFRAP) e o Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial (BALPAT) sejam apresentados na forma preconizada pelo Manual dos Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional, em consonância com os demais demonstrativos contábeis, demonstrando a real posição financeira do município, sem distorções. (Item 7.2).”*

Encaminhado o feito ao **Ministério Público Especial de Contas**, o Procurador Heron Carlos Gomes de Oliveira endossou integralmente o entendimento da área técnica (às fls. 50/51), manifestado na **ITC 1238/2017-1**.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Cumprido por em relevo que, da análise técnica realizada sobre a Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Marilândia, ora em discussão, referente ao exercício de 2015, sob a responsabilidade do Sr. Osmar Passamani, então Prefeito, não restou evidenciada a existência de irregularidades capazes de conduzir à reprovabilidade as mencionadas contas.

Saliente-se que o prazo para entrega das contas em análise foi realizada neste Tribunal em 31/03/2016 e, portanto, dentro do prazo estabelecido pela Resolução TC 261/2013, RITCEES, conforme certifica o RT 190/2017-1, bem como tiveram seus arquivos assinados eletronicamente pelo gestor e pelo contabilista responsáveis.

Da mencionada análise, insculpida no corpo do Relatório Técnico 190/2017-1 e da Instrução Técnica Conclusiva 1238/2017-1, elaborados com base nas informações e documentos apresentados pelo responsável, extrai-se que as contas ora avaliadas não apresentaram inconsistências. Acrescentou a área técnica, ainda, que, sob o aspecto técnico-contábil, o seu entendimento é no sentido de apontar para a regularidade da prestação de contas.

Desse modo, considerando que o Ministério Público Especial de Contas acompanhou integralmente o entendimento da área técnica, exposto por ocasião dos RT 190/2017-1 e ITC 1238/2017-1, encampo os fundamentos e conclusões explicitadas pelo corpo técnico.

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, perfilho do mesmo entendimento exposto nos fundamentos e conclusões alcançados pela área técnica e pelo órgão ministerial, tornando-os parte integrante do presente voto.

Assim, **VOTO** no sentido de que seja emitido **PARECER PRÉVIO** recomendando ao Legislativo Municipal a **APROVAÇÃO** das Contas de responsabilidade do **Sr. Osmar Passamani**, então Prefeito Municipal de Marilândia, relativas ao exercício de **2015**, nos termos do art. 80, inciso I¹, da Lei Complementar nº 621/2012, c/c o art. 132, inciso I² da Resolução TC-261/13.

VOTO, ainda, no sentido de **RECOMENDAR** ao Chefe do Executivo municipal que nos próximos exercícios proceda:

- *Observância ao art. 92, parágrafo único, da Lei Federal nº 4.320/64, relativamente à distinção entre as despesas processadas das não processadas (Item 7.1);*
- *Que o Anexo 5 do Relatório de Gestão Fiscal (RGFRAP) e o Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial (BALPAT) sejam apresentados na forma preconizada pelo Manual dos Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional, em consonância com os demais demonstrativos contábeis, demonstrando a real posição financeira do município, sem distorções (Item 7.2).*

Arquive-se após o trânsito em julgado.

¹ **Art. 80.** A emissão do parecer prévio poderá ser:

I - pela aprovação das contas, quando ficar demonstrada, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a compatibilidade dos planos e programas de trabalho com os resultados da execução orçamentária, a correta realocação dos créditos orçamentários e o cumprimento das normas constitucionais e legais;

² **Art. 132.** A emissão do parecer prévio sobre as contas dos governos estadual ou municipal poderá ser:

I - pela aprovação das contas, quando ficar demonstrada, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a compatibilidade dos planos e programas de trabalho com os resultados da execução orçamentária, a correta realocação dos créditos orçamentários e o cumprimento das normas constitucionais e legais;

PARECER PRÉVIO

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo TC-4244/2016, **RESOLVEM** os Srs. conselheiros da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, em sessão realizada no dia vinte e quatro de maio de dois mil e dezessete, à unanimidade, nos termos do voto do relator, conselheiro José Antônio Almeida Pimentel:

1. Recomendar ao Legislativo Municipal a **aprovação** da Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Marilândia, relativa ao exercício de 2015, sob a responsabilidade do Sr. Osmar Passamani, nos termos do art. 80, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 621/2012, c/c o art. 132, inciso I, do Regimento Interno;

2. Recomendar ao Chefe do Executivo municipal que nos próximos exercícios proceda:

2.1 Observância ao art. 92, parágrafo único, da Lei Federal nº 4.320/64, relativamente à distinção entre as despesas processadas das não processadas (Item 7.1);

2.2 Que o Anexo 5 do Relatório de Gestão Fiscal (RGFRAP) e o Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial (BALPAT) sejam apresentados na forma preconizada pelo Manual dos Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional, em consonância com os demais demonstrativos contábeis, demonstrando a real posição financeira do município, sem distorções (Item 7.2).

3. Arquivar os presentes autos após trânsito em julgado.

Composição

Reuniram-se na Segunda Câmara para apreciação os senhores conselheiros Sérgio Manoel Nader Borges, presidente, José Antônio Almeida Pimentel, relator, e Domingos Augusto Taufner. Presente, ainda, o senhor procurador especial de contas Luis Henrique

Anastácio da Silva, em substituição ao procurador-geral do Ministério Público Especial de Contas.

Sala das Sessões, 24 de maio de 2017.

CONSELHEIRO SÉRGIO MANOEL NADER BORGES

Presidente

CONSELHEIRO JOSÉ ANTÔNIO ALMEIDA PIMENTEL

Relator

CONSELHEIRO DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER

Fui presente:

PROCURADOR ESPECIAL DE CONTAS LUIS HENRIQUE ANASTÁCIO DA SILVA

Em substituição ao procurador-geral

EDUARDO GIVAGO COELHO MACHADO

Secretário-adjunto das sessões